

Unidades de planejamento do território: Microbacias 2, Estado de Santa Catarina

Territory Planning Units: Microbacias 2, State of Santa Catarina

DORTZBACH, Denilson. EPAGRI, agrofloripa@hotmail.com

Resumo: A escolha de unidades de planejamento e sua delimitação são de suma importância em busca de um desenvolvimento rural sustentável. Os problemas na delimitação de um território como unidade de planejamento rural estão em fixar limites estreitos, restringindo-se a uma área muito pequena, ou pecar por excesso e definir um espaço tão vasto que pode diluir a ação local. O presente trabalho busca determinar as maneiras como foram delimitadas as áreas de trabalho do Programa Prapem/Microbacias 2 no Estado de Santa Catarina, que não necessariamente utilizam as microbacia hidrográficas como unidade de planejamento.

Palavra chave: microbacia hidrográfica, território, relações sociais.

Abstract: Choosing the planning units and its delimitation is essential in the search of a sustained rural development. The problem found in delimiting a territory as a rural planning unit is limiting it to a narrow territory, restricting it to a very small area or failing by delimitating a space that is so wide that can delude its local work. The current study aims to determine the ways of how the working areas of the Program Prapem/Microbacia 2 in the state of Santa Catarina, which not necessarily utilized micro watershed as a planning unit, were determined.

Keywords: micro watershed, territory, social relations.

Introdução

Nas últimas décadas projetos em microbacias hidrográficas principalmente nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo mostraram ser essa uma estratégia eficaz no manejo de recursos naturais

Segundo a EPAGRI 1994, microbacia é uma área ou unidade espacial mínima integrante de um sistema hidrográfico maior (bacia ou sub-bacia), cujos limites são constituídos pelas vertentes ou divisores de água e a vazão efluente ocorre diretamente em outro rio ou canal.

Em 2004 teve início o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2) que é um projeto do governo do Estado de Santa Catarina e tem como objetivo central promover o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores envolvidos, abrangendo em torno de 880 microbacias hidrográficas, distribuídas em 293 municípios (EPAGRI, 2007).

Este trabalho tem como objetivo identificar o processo de delimitação dos territórios trabalhados no projeto Microbacias 2.

Metodologia

A delimitação das microbacias ou áreas de trabalho foram baseadas em critérios socioeconômicos e ambientais, que classificaram os municípios em 3 níveis diferentes, definindo a quantidade de microbacias que poderiam ser trabalhadas, sendo um montante variável de $\frac{2}{3}$, $\frac{1}{2}$ ou $\frac{1}{3}$ das microbacias existentes nos municípios, com uma média de 120 famílias por microbacias. Os técnicos da Epagri juntamente com suas equipes de trabalho, definiram então as áreas a serem trabalhadas tendo como prioridade as microbacias onde se identificou maior número de famílias periféricas ou em transição. Foram traçados os limites das áreas em cartas topográficas, que depois foram digitalizadas no programa ArcGIS para confecção dos mapas base das unidades de planejamento.

Nesse trabalho foram identificadas 5 diferentes unidades territoriais: 1) microbacias, cujas áreas foram delimitadas por divisores de água; 2) complexo hidrológico, áreas que utilizaram os divisores, mas com mais de um curso da água cuja foz é no mesmo rio; 3) áreas que não respeitaram os divisores de água; 4) áreas que em alguns momentos ou trechos respeitam os divisores de água, mas em outros pontos não seguem esses limites; 5) municípios que apresentam como áreas de trabalho, tanto microbacias como áreas que não seguem essa lógica.

Resultados e discussão

O levantamento foi baseado em 225 dos 293 municípios catarinenses, fato este relacionado com a disponibilidade dos dados. Desse total, nove municípios apresentaram microbacias como unidade de planejamento e o município de Guaraciaba apresentou complexo hidrológico determinado por um conjunto de corpos d'água com foz num mesmo rio. Como a maioria dos municípios possuem mais de uma área de trabalho, 41 deles possuem tanto microbacias como outras formas de territórios. Os municípios de Ponte Alta do Norte e Catanduvas, a área trabalhada ocupa o município todo. Em 65 municípios, em alguns momentos os limites das áreas respeitam os divisores de água, mas em outros pontos não seguem os divisores, não podendo, desta forma, ser consideradas microbacias. Em outros 107 municípios suas áreas não seguem critérios no que se refere a unidades hidrográficas (figura 1).

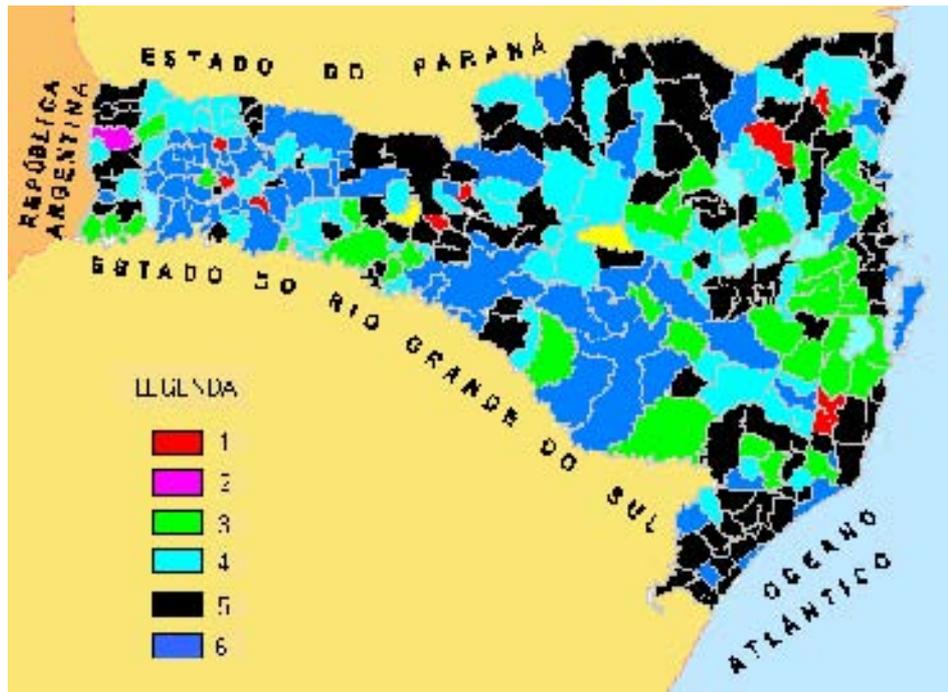


Figura 1: Mapa do Estado de Santa Catarina com distinção territorial dos municípios.

Uma das maiores dificuldades em utilizar as microbacias hidrográficas é o fato de que muitas vezes elas transcendem os limites político-administrativos que separam os municípios, passando a divisa municipal a ser o limite territorial.

As comunidades e as relações sociais não respeitam os limites físicos das microbacias. A microbacia hidrográfica é mais apropriada para internalizar as questões ambientais no planejamento do que o tratamento setorial. São as divisões institucionais, políticas, econômicas, sociais e culturais na maioria das vezes que polarizam os territórios, e frequentemente é a integração dos vários fatores que dá uma determinada personalidade a um território e o diferencia dos demais. A determinação de seus limites é complexa por não se tratar de elementos fixos, mas que estão em permanente modificação. É a população que vive nesse território, utiliza-o, apropria-se dele e dá-lhe uma personalidade específica que vai se dissipando a medida que se afasta dos seus circuitos mais centrais. Se não forem reconhecidas tais condições, corre-se o risco de se trabalhar com uma noção de organização territorial idealizada, muito distante da realidade (GLIGO, 186).

Conclusão

Tratando-se do desenvolvimento rural, ao invés de se definir a microbacia hidrográfica como unidade ideal de planejamento, é preciso considerar que a abordagem

possui limites metodológicos na compreensão da realidade social e que as relações políticas, institucionais, sociais, econômicas e culturais não respeitam os limites físicos. As unidades de planejamento devem ser constituídas de forma participativa levando em conta os anseios e as relações locais.

Referências bibliográficas

EPAGRI. **Microbacias 2**. Disponível em: <<http://www.epagri.rct-sc.br>> Acesso em: 20 abr. 2007.

GLIGO, N. Medio ambiente en la planificación latinoamericana: vías para una mayor incorporación. In: La dimensión ambiental en la planificación del desarrollo. Buenos Aires, **Grupo Editor Latinoamericano**, 1986.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento. **Manual de uso, manejo e conservação do solo e da água**: projeto de recuperação, conservação e manejo dos recursos naturais em microbacias hidrográficas. Florianópolis:Epagri, 1994.